

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA)
EMISSION PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS)
SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA
NACIONAL S.A.

ENTRE

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.
Como Emissora

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Como Agente Fiduciário

E

FERNANDO DE CASTRO MARQUES
Como Fiador

DATADO DE
9 DE DEZEMBRO DE 2015



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Embu Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06.900-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 60.665.981/0001-18, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35.300.006.658 perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

B. **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35210504411 perante a JUCESP, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares de Debêntures (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**");

E, na qualidade de Fiador (conforme definido abaixo) no âmbito da Emissão:

C. **FERNANDO DE CASTRO MARQUES**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 6.710.720-5 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 662.966.768-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo de Couto Magalhães Júnior nº 1274, apto. 2101, CEP 04542-001 ("**Fiador**" e, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, "**Partes**");

CONSIDERANDO QUE:

(a) em 22 de junho de 2015, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A." ("**Escritura**"), que foi devidamente registrada perante a JUCESP sob o nº. ED 001726-7/000 em 07 de julho de 2015 e perante o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo sob o nº 3.591.685 em 29 de junho de 2015 e perante o Registro de Títulos e Documentos de Itapeverica da Serra sob o nº. 07525 em 29 de junho de 2015;

TEXT_SP - 10874234v18 1482.51

JUCESP PROTOCOLO
2.229.998/15-8



(b) em Reunião do Conselho Fiscal da Emissora realizada em 26 de novembro de 2015 ("Nova RCF da Emissora") os membros do Conselho Fiscal da Emissora opinaram favoravelmente em relação à re-ratificação e consolidação dos termos e condições da 2ª (segunda) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Debêntures") aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de junho de 2015 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 7 de julho de 2015 sob o nº 294.481/15-1 ("AGE de 2 de Junho da Emissora");

(c) em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de novembro de 2015 ("Nova AGE da Emissora") os acionistas da Emissora aprovaram, entre outras deliberações, a re-ratificação e consolidação dos termos e condições da emissão das Debêntures ("Emissão") aprovados na AGE de 2 de Junho da Emissora;

(d) em Reunião de Sócios da Agropecuária Martona Ltda. ("Agropecuária Martona") realizada em 30 de novembro de 2015 ("Nova ARS da Agropecuária Martona") os sócios da Agropecuária Martona aprovaram a re-ratificação e consolidação dos termos e condições da hipoteca de imóveis pertencentes à Agropecuária Martona, a ser constituída no âmbito da Emissão;

(e) nos termos da Nova AGE da Emissora, (i) os imóveis de propriedade da Agropecuária Pedra Branca, da Robferma e da Lacônia (estas três, conforme definido na Escritura), bem como (ii) a cessão fiduciária dos recebíveis decorrentes do Contrato de Fornecimento (conforme definido na Escritura), não serão mais dados em garantia aos Debenturistas no âmbito da Emissão; e

(f) as Debêntures ainda não foram objeto de subscrição e integralização.

RESOLVEM as Partes, na melhor forma de direito, refletir na Escritura, dentre outras, as condições re-ratificadas na Nova RCF da Emissora, na Nova AGE da Emissora e na Nova ARS da Agropecuária Martona, por meio da celebração do presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A." ("Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

1. OBJETO

1.1. O presente Aditamento tem por objetivo refletir, na Escritura, dentre outras, as condições re-ratificadas na Nova RCF da Emissora, na Nova AGE da Emissora e na Nova ARS da Agropecuária Martona, incluindo a alteração: (i) das garantias da Emissão, de tal forma que



seja constituída apenas alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Emissora e hipoteca de imóveis de propriedade da Emissora e da Agropecuária Martona, ficando dispensada a constituição de cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de Contrato de Fornecimento e de conta vinculada; (ii) do montante total da Emissão; (iii) da quantidade de Debêntures a serem emitidas; (iv) da destinação dos recursos da Emissão; (v) do público alvo da oferta das Debêntures em decorrência da entrada em vigor das alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, à Instrução CVM 539 (conforme definido na Escritura); (vi) da data de emissão das Debêntures; (vii) do prazo e da data de vencimento das Debêntures; (viii) dos juros remuneratórios das Debêntures; (ix) do cronograma de amortização das Debêntures; e (x) dos Índices Financeiros (conforme definidos na Escritura) a serem cumpridos pela Emissora. Dessa forma, a Escritura passa a vigorar conforme redação prevista no Anexo I a este Aditamento.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1. A celebração do presente Aditamento foi aprovada pela Nova RCF da Emissora, pela Nova AGE da Emissora e pela Nova ARS da Agropecuária Martona, não tendo sido precedida da realização de uma assembleia geral de debenturistas da Emissora, tendo em vista que, até a presente data, as Debêntures não foram subscritas e integralizadas.

3. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO

3.1 A ata da Nova AGE da Emissora será: (i) arquivada perante a JUCESP; e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “O Dia”, nos termos dos artigos 62, I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2 A ata da Nova ARS da Agropecuária Martona será arquivada perante a JUCESP.

3.3 A ata da Nova RCF da Emissora será arquivada em livro próprio de reuniões do Conselho Fiscal da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

4. INSCRIÇÃO E REGISTRO DESTE ADITAMENTO

4.1 Este Aditamento deverá ser inscrito na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. O protocolo deste Aditamento na JUCESP ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, sendo que a Emissora entregará uma via original arquivada deste Aditamento ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro.

4.2 Em virtude da Fiança (conforme definido na Escritura), de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, o presente Aditamento: (i) será registrado no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) tendo em vista que compete ao cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, o registro de documentos que tenham como partes sociedades com sede na Cidade de Embu Guaçu, Estado de São Paulo, será registrada, também, no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo. O protocolo deste Aditamento nos cartórios mencionados acima deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de assinatura deste Aditamento. A Emissora entregará uma via original deste Aditamento averbado em cada cartório, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da efetiva averbação.

5. RATIFICAÇÕES

5.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não expressamente alteradas por este Aditamento, o qual não constitui de qualquer forma a novação de quaisquer termos da Escritura.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

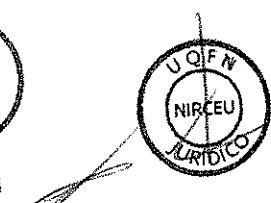
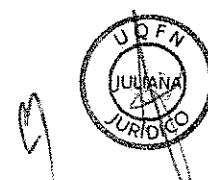
6.2. As Partes reconhecem este Aditamento como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

6.3. Este Aditamento e a Escritura são regidos pelas leis da República Federativa do Brasil.

6.4. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento ou da Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 9 de dezembro de 2015.



[Página 1/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A.]

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.

Por:
Cargo:

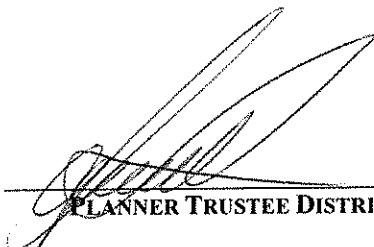
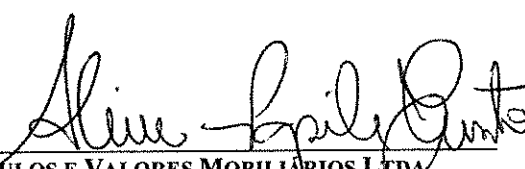
Fernando de Castro Marques
Diretor Presidente

Por:
Cargo:

Francisco Ferdinando Lopes
Diretor

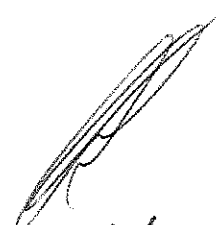



[Página 2/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos, da União Química Farmacêutica Nacional S.A.]

 
PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: Ana Eugénia J.S. Quairos
Cargo: Procuradora

Por: Aline Cunto
Cargo: Procuradora



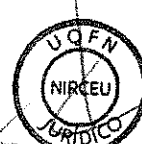


[Página 3/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A.]


FERNANDO DE CASTRO MARQUES

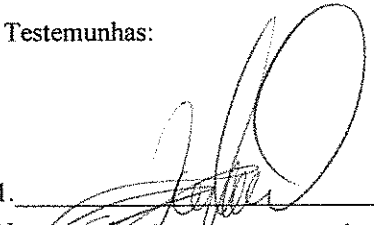
TEXT_SP - 10874234v18 1482.51



8 



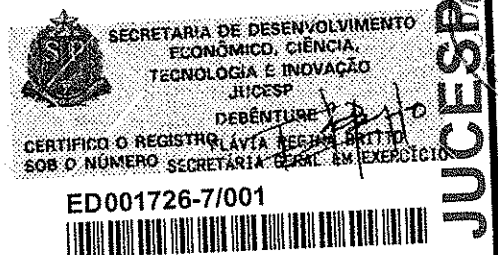
[Página 4/4 de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A.]

Testemunhas:

1. 
Nome: Sérgio R. SILVA
RG: 21.694.50
CPF: 149.233.398-02

2. 
Nome: Wander Santos de Sousa
RG: 26.114.736-5
CPF: 263.360.378-51

União Química
Wander Santos de Sousa
Coordenador de Crédito e Cobrança



ANEXO I

ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Embu Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06.900-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 60.665.981/0001-18, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35.300.006.658 perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

B. PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35210504411 perante a JUCESP, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares de Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas da Primeira Série**") e dos titulares de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas da Segunda Série**") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "**Debenturistas**", nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**");

E, na qualidade de Fiador (conforme definido abaixo) no âmbito da Emissão (conforme definido abaixo):

C. FERNANDO DE CASTRO MARQUES, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 6.710.720-5 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 662.966.768-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo de Couto Magalhães Júnior nº 1274, apto. 2101, CEP 04542-001 ("**Fiador**" e, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, "**Partes**");

Celebram as Partes o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da União Química Farmacêutica Nacional S.A." ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO SOCIETÁRIA

1.1 A emissão das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" e "Emissão", respectivamente), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a constituição das Garantias (conforme definido abaixo), bem como a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e do Contrato de Colocação (conforme definido abaixo), serão realizadas com base:

(i) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Emissora, proferido em reunião realizada em 26 de novembro de 2015 ("RCF");

(ii) nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, conforme reunião realizada em 27 de novembro de 2015 ("AGE"); e

(iii) nas deliberações dos sócios da Agropecuária Martona Ltda. ("Agropecuária Martona") e, em conjunto com a Emissora, "Proprietárias dos Imóveis Hipotecados", conforme reunião realizada em 30 de novembro de 2015 ("Reunião de Sócios Agropecuária Martona").

2. DOS REQUISITOS

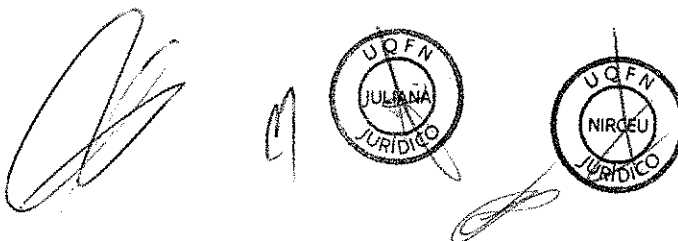
2.1. A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias (conforme definido abaixo) serão realizadas com observância dos requisitos abaixo.

2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE será: (i) arquivada perante a JUCESP; e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia", nos termos dos artigos 62, I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da Reunião de Sócios Agropecuária Martona será arquivada perante a JUCESP.

2.1.1.3. A Ata da RCF será arquivada em livro próprio de reuniões do Conselho Fiscal da Emissora, nos termos da legislação aplicável.



2.1.1.4. Os atos societários que sejam relacionados à Emissão e eventualmente venham a ser praticados após o registro desta Escritura serão igualmente arquivados e, caso aplicável, publicados nos competentes órgãos e jornais mencionados nesta Cláusula 2.1.1.

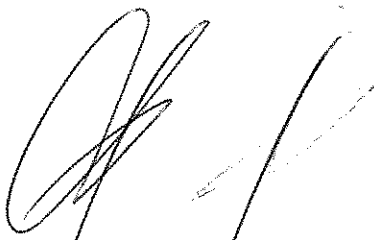
2.1.2. Inscrição e Registro desta Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. O protocolo da Escritura na JUCESP ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura desta Escritura, sendo que a Emissora entregará uma via original arquivada desta Escritura e, conforme seja o caso, dos eventuais aditamentos devidamente registrados, ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro.

2.1.2.2. Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura: (i) será registrada no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) tendo em vista que compete ao cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, o registro de documentos que tenham como partes sociedades com sede na Cidade de Embu Guaçu, Estado de São Paulo, será registrada, também, no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo. O protocolo da Escritura nos cartórios mencionados acima deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de assinatura desta Escritura e seus eventuais aditamentos serão averbados à margem de cada um dos registros acima. A Emissora entregará uma via original desta Escritura ou de seus aditamentos, registrados ou averbados, conforme o caso, em cada cartório, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro ou averbação.

2.1.3. Constituição da Hipoteca

2.1.3.1. Observado o disposto na Cláusula 4.10.1 abaixo, a Hipoteca (conforme definido abaixo) será formalizada por meio da “Escritura Pública de Constituição de Hipoteca”, a ser celebrada entre as Proprietárias dos Imóveis Hipotecados e o Agente Fiduciário (“Escritura de Hipoteca”), que deverá ser registrada, conforme prazo e termos previstos na Escritura de Hipoteca, nos competentes cartórios de registro de imóveis do Estado de Minas Gerais, para averbação da Hipoteca nas respectivas matrículas dos Imóveis Hipotecados (conforme definido abaixo). A Emissora entregará uma via original registrada nos competentes cartórios de registro de imóveis ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro, devendo ter ocorrido, com o registro, a averbação da Hipoteca nas matrículas de todos os Imóveis Hipotecados.



2.1.4. Constituição da Alienação Fiduciária

2.1.4.1. Observado o disposto na Cláusula 4.10.2 abaixo, a Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (em conjunto com seus eventuais aditamentos, “Contrato de Alienação Fiduciária” e, em conjunto com a Escritura de Hipoteca, “Contratos de Garantia”), que deverá ser registrado, conforme prazo e termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária, nos competentes cartórios de registro de imóveis, para averbação da Alienação Fiduciária nas matrículas de cada um dos Imóveis Alienados Fiduciariamente (conforme definido abaixo). A Emissora entregará uma via original registrada em cada cartório do Contrato de Alienação Fiduciária ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro, devendo ter ocorrido, com o registro, a averbação da Alienação Fiduciária nas matrículas de todos os Imóveis Alienados Fiduciariamente.

2.1.5. Dispensa de Registro da Oferta na CVM

2.1.5.1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis, estando automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), nos termos do artigo 6º da citada Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.6.1. As Debêntures (conforme definido abaixo) serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP.

2.1.6.2. As Debêntures (conforme definido abaixo) serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente através da CETIP.

2.1.7. Registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.7.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafos 1º e 2º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, a presente Oferta será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes



específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o comunicado de encerramento da Oferta perante a CVM.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. Conforme artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem por objeto a fabricação, manipulação, fracionamento, envase, rotulagem, controle de qualidade, comércio, distribuição, armazenagem, importação, exportação de insumos, produtos químicos e farmacêuticos para uso humano e veterinário, de produtos cosméticos, dietéticos, de higiene pessoal, artigos de perfumaria em geral e correlatos, inclusive produtos destinados à alimentação animal e humana, a prestação de serviços de armazenamento de mercadorias de terceiros, transporte de insumos, produtos químicos e farmacêuticos de uso humano e veterinário, inclusive controlados, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, no país e no exterior, como sócia, quotista ou acionista e fabricação e comércio de materiais de embalagens em papel, alumínio, PVC e congêneres, serviços de fotolitos, fotocomposição, arte final e congêneres, embalar, importar e exportar para produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário.

3.2. Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.4. Montante Total da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Montante Total da Emissão").

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 2.000 (duas mil) debêntures, sendo a primeira série composta por 305 (trezentas e cinco) debêntures ("Debêntures da Primeira Série") e a segunda série composta por 1.695 (mil seiscentas e noventa e cinco) debêntures ("Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").



3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6.2. O escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., qualificado acima ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Dos recursos captados por meio da presente Emissão:

(i) até R\$30.625.000,00 (trinta milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais) serão destinados para o pagamento parcial da aquisição, pela Emissora, de quotas de emissão da Anovis Industrial Farmacêutica Ltda. ("Aquisição");

(ii) após a utilização dos recursos descritos no item (i) acima, os valores remanescentes decorrentes da Emissão serão utilizados pela Emissora, na Data de Integralização, para: (a) a quitação integral da Cédula de Crédito Bancário nº 270137015 celebrada, em 11 de fevereiro de 2015 e aditada em 9 de junho de 2015, 7 de julho de 2015, 31 de julho de 2015, 20 de agosto de 2015, e 28 de outubro de 2015, entre a Emissora, na qualidade de emitente, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de credor, e o Fiador, na qualidade de avalista, utilizada até então como antecipação de parte dos recursos necessários para o pagamento pela Emissora da Aquisição; (b) a quitação integral da Cédula de Crédito Bancário nº 8.975.161 celebrada, em 11 de março de 2015 e aditada em 28 de julho de 2015, 25 de setembro de 2015 e 24 de novembro de 2015, entre a Emissora, na qualidade de emitente, o Banco Bradesco S.A., na qualidade de credor, e o Fiador, na qualidade de avalista, utilizada até então como antecipação de parte dos recursos necessários para o pagamento pela Emissora da Aquisição; e (c) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª emissão da Emissora;

(iii) após a quitação dos empréstimos e financiamentos mencionados no item (ii) acima, os valores remanescentes serão utilizados pela Emissora, na Data de Integralização, para liquidação antecipada de contratos diversos bem como capital de giro da Emissora totalizando até R\$108.975.000,00 (cento e oito milhões e novecentos e setenta e cinco mil reais).

3.8. Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário, por meio do CETIP21, ambos



administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. Para realizar a distribuição das Debêntures, os Coordenadores (conforme definido abaixo) poderão acessar, no máximo 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente).

3.8.3. As Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.8.4. As Debêntures só poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM 539 ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

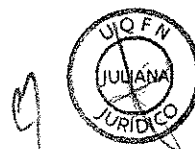
3.9.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos do "Instrumento Particular de Estruturação, Coordenação e Distribuição com Esforços Restritos de Colocação da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da União Química Farmacêutica Nacional S.A." ("Contrato de Colocação"), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, "Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

3.9.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição").

3.9.3. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.9.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.9.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM; (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de



negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável, e (iv) concorda expressamente com todos os termos e condições da Emissão.

3.9.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de dezembro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo. Na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou na data de qualquer dos eventos descritos acima, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da Primeira Série pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.3.2. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de dezembro de 2020 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"), ressalvadas as hipóteses de (i) resgate antecipado total, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo, (ii) aquisição antecipada facultativa com o consequente cancelamento das Debêntures da Segunda Série, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo e (iii) vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo. Na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ou na data de qualquer dos eventos descritos acima, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da Segunda Série pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos



Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6. Conversibilidade

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.2. Subscrição e Integralização

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir do início de sua distribuição, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.2.2. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

4.2.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ("Data de Integralização") pelo Valor Nominal Unitário, sendo certo que todas as Debêntures da Primeira Série e todas as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas em uma única data.

4.3. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures por qualquer índice.



4.4. Remuneração

4.4.1. Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série

4.4.1.1. As Debêntures da Primeira Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,90 % (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou desde a data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

4.4.1.2. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos pela Emissora, semestralmente, conforme a tabela abaixo, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série ocorrerá em 18 de junho de 2016.

DATA DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE
18 de junho de 2016
18 de dezembro de 2016
18 de junho de 2017
18 de dezembro de 2017
18 de junho de 2018

4.4.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série

4.4.2.1. As Debêntures da Segunda Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias

Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou desde a data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

4.4.2.2. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total, aquisição antecipada facultativa com o consequente cancelamento das Debêntures da Segunda Série e vencimento antecipado, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos pela Emissora, semestralmente, conforme a tabela abaixo, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ocorrerá em 18 de junho de 2016.

DATA DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE
18 de junho de 2016
18 de dezembro de 2016
18 de junho de 2017
18 de dezembro de 2017
18 de junho de 2018
18 de dezembro de 2018
18 de junho de 2019
18 de dezembro de 2019
18 de junho de 2020
18 de dezembro de 2020

4.4.3. Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios

4.4.3.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI, desde a data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = 2,9000 (no caso das Debêntures da Primeira Série) ou 3,0000 (no caso das Debêntures da Segunda Série).

DP = número de Dias Úteis (conforme definido abaixo) entre a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.4.3.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.4.3.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento dos Juros Remuneratórios, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.3.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data esperada para sua divulgação (“Período de Ausência de Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia



Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas, neste caso, deverá ser realizada no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias contados do Período de Ausência de Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.3.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.3.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário qual foi a alternativa escolhida, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:

(i) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do efetivo pagamento, devendo ser utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas; e (b) dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso; ou

(ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures que mantenha o fluxo de pagamento pactuado nesta Escritura, devendo, durante o prazo de amortização das Debêntures, a periodicidade do pagamento efetivo dos Juros Remuneratórios continuar sendo aquela prevista nesta Escritura. Até a amortização integral das Debêntures será utilizado o parâmetro que tiver sido aprovado por 75% dos Debenturistas. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.



4.4.3.7. O Fiador, desde já, concorda com o disposto nas Cláusulas 4.4.3.3 a 4.4.3.6 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança (conforme definido abaixo) válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. O Fiador, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima, como o aditamento à presente Escritura.

4.4.4. Período de Capitalização

4.4.4.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série.

4.5. Repactuação Programada

4.5.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.6. Amortização

4.6.1. Amortização das Debêntures da Primeira Série

4.6.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, será amortizado semestralmente, após o período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 18 de dezembro de 2017, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE OU DO SALDO DO VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE, CONFORME O CASO, A SER AMORTIZADO
18 de dezembro de 2017	93,6768%
Data de Vencimento das Debêntures da Primeira	Saldo Devedor

4



Série	
-------	--

4.6.2. Amortização das Debêntures da Segunda Série

4.6.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será amortizado semestralmente, após o período de 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 18 de junho de 2018, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE OU DO SALDO DO VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE, CONFORME O CASO, A SER AMORTIZADO
18 de junho de 2018	15,7185%
18 de dezembro de 2018	16,8563%
18 de junho de 2019	16,8563%
18 de dezembro de 2019	16,8563%
18 de junho de 2020	16,8563%
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	Saldo Devedor

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese das Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



4.7.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.7.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador.

4.7.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o primeiro Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com um dia que não seja Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7.2.2. Entende-se por “Dia Útil”: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.7.3. *Encargos Moratórios*

4.7.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures nos termos desta Escritura, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.7.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.



4.8. Publicidade

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "O Dia", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais.

4.9. Garantia Fidejussória

4.9.1. O Fiador, por este ato e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias que possam vir a ser constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador responsável por 100% (cem por cento) das obrigações, principais e acessórias, da Emissora assumidas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão ("Fiança"), incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura; e (ii) a totalidade dos acessórios e do principal, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura ("Obrigações Garantidas").

4.9.2. Todo e qualquer pagamento realizado pelo Fiador em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, salvo se exigido pela legislação aplicável em vigor à época do pagamento.

4.9.3. O valor correspondente às Obrigações Garantidas deverá ser pago pelo Fiador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas ao Fiador. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

4.9.4. O Fiador expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de



janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil") ou, quando aplicável, dos artigos 130 e 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Novo Código de Processo Civil").

4.9.5. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado o limite da parcela da dívida efetivamente honrada. Nesta hipótese, o Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora, assim como somente executar os Contratos de Garantia, após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas, exceto na medida que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência.

4.9.6. Em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre Fiador e Debenturista implicará em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e Fiador.

4.9.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.8. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, podendo ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

4.9.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

4.10. Garantias Reais

4.10.1. Hipoteca (Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série)

4.10.1.1. As Debêntures serão garantidas, também, por hipoteca em 1º (primeiro) grau de imóveis de titularidade das Proprietárias dos Imóveis Hipotecados identificados na Escritura de Hipoteca ("Imóveis Hipotecados"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Hipoteca ("Hipoteca").

4.10.1.2 As disposições relativas à Hipoteca e ao limite mínimo da Hipoteca estão descritas na Escritura de Hipoteca.

4.10.2. Alienação Fiduciária (Apenas Debêntures da Segunda Série)

4.10.3.1 Além de contar com Fiança e Hipoteca, as Debêntures da Segunda Série serão garantidas, também, por alienação fiduciária de imóveis de titularidade da Emissora identificados no Contrato de Alienação Fiduciária ("Imóveis Alienados Fiduciariamente"), de



acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária") e, em conjunto com a Fiança e a Hipoteca, "Garantias").

4.10.3.2 As disposições relativas à Alienação Fiduciária e ao limite mínimo da Alienação Fiduciária estão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária.

4.10.3. Registro dos Contratos de Garantia

4.10.4.1. Os Contratos de Garantia deverão ser levados a registro, nos termos previstos nas Cláusulas 2.1.3 e 2.1.4, às expensas da Emissora.

4.10.4.2. Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas nos Contratos de Garantia com relação aos registros, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, de forma irrevogável e irretroatável, como seu bastante procurador, promover os referidos registros, em nome da Emissora, às expensas da Emissora, nos Contratos de Garantia, observado que a Emissora ressarcirá todas e quaisquer despesas, nos termos dos Contratos de Garantia e desta Escritura, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

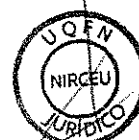
4.11. Garantias Reais e Fidejussórias

4.11.1. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas, se e quando aplicável, cumulativo entre si, da Fiança e da Hipoteca, nos termos desta Escritura e da Escritura de Hipoteca, podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou quitar com as obrigações decorrentes da presente Escritura e/ou da Escritura de Hipoteca.

4.11.2. A Alienação Fiduciária poderá ser excutida pelo Agente Fiduciário, exclusivamente para os fins de amortizar ou quitar com as obrigações referentes às Debêntures da Segunda Série, em momento anterior, simultâneo ou posterior à excussão das demais Garantias, ficando certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, de todas as Garantias exclusivamente no que diz respeito às Debêntures da Segunda Série. Portanto, caso a Fiança e a Hipoteca sejam excutidas e o montante arrecadado não seja suficiente para quitar com as obrigações decorrentes da presente Escritura, o montante arrecadado com a Alienação Fiduciária deverá ser utilizado apenas para o pagamento das obrigações referentes às Debêntures da Segunda Série.

5. DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARCIAL, DO RESGATE ANTECIPADO TOTAL, DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Amortização Extraordinária Parcial



5.1.1 Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures da Primeira Série

5.1.1.1 As Debêntures da Primeira Série não serão objeto de amortização extraordinária parcial.

5.1.2 Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures da Segunda Série

5.1.2.1 A Emissora poderá realizar, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de janeiro de 2019, a amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável ("Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série").

5.1.2.2 A Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série deverá ser: (i) precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série ("Notificação da Amortização Extraordinária"); e (ii) limitada à 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável.

5.1.2.3 A Emissora deverá comunicar a CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização de Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série.

5.1.2.4 O valor a ser pago aos Debenturistas da Segunda Série a título de Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série ("Valor de Amortização Extraordinária") será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado, acrescido:

(i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou desde a data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série;

(ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série; e

(iii) de prêmio de 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação objeto da amortização, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior,



o que tiver ocorrido por último, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e ainda não pagos até a data da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), calculado conforme fórmula abaixo:

$$PA = VAM \times 0,008$$

Onde:

PA = Prêmio de Amortização;

VAM = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação objeto da amortização, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e ainda não pagos até a Data da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série.

5.1.2.5 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado antecipadamente.

5.1.2.6 O pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série deverá: ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.1.2.7 No caso de Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série, o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série a serem pagos nas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série.

5.1.2.8 Caso haja Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série nos termos desta Cláusula, ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura para alterar os percentuais da amortização aqui estabelecidos, sendo certo que tal aditamento não dependerá de prévia autorização dos Debenturistas. A celebração do aditamento deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados do pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série, pela Emissora, sendo certo que uma cópia do referido aditamento protocolado perante a JUCESP deverá ser encaminhada à CETIP, pelo Agente Fiduciário.



5.2 Resgate Antecipado Total

5.2.1 Resgate Antecipado Total das Debêntures da Primeira Série

5.2.1.1 As Debêntures da Primeira Série não serão objeto de resgate antecipado pela Emissora.

5.2.2 Resgate Antecipado Total das Debêntures da Segunda Série

5.2.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de janeiro de 2019, realizar o resgate antecipado total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série").

5.2.2.2 O Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série será operacionalizado por meio de comunicação por escrito enviada ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias da data prevista para o Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, incluindo: (i) que o resgate será total; (ii) a data para o resgate das Debêntures da Segunda Série e o efetivo pagamento aos Debenturistas da Segunda Série; (iii) o Prêmio de Resgate (conforme definido a seguir); e (iii) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas da Segunda Série.

5.2.2.3 O valor a ser pago aos Debenturistas da Segunda Série a título de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido:

(i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou desde a data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série;

(ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série; e

(iii) de prêmio de 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e ainda não pagos até a data do



Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série ("Prêmio de Resgate"), calculado conforme fórmula abaixo:

$$PA = VMA \times 0,008$$

Onde:

PA = Prêmio de Resgate;

VMA = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios devidos e ainda não pagos até a data do Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série.

5.2.2.4 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, no caso de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

5.2.2.5 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas da Segunda Série e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série.

5.2.2.6 As Debêntures objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

5.2.3. Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.3 Aquisição Antecipada Facultativa

5.3.1 A Emissora poderá a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), (i) por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM e o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.3.2 As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

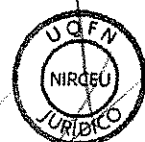


5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1 Observado o disposto nesta Cláusula 5.4, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pelo Fiador, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses descritas abaixo (cada uma das hipóteses, uma “Hipótese de Vencimento Antecipado”):

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelo Fiador, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, não sanada em até 1 (um) Dia Útil do respectivo descumprimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, não sanada em até 15 (quinze) dias contados da data em que a obrigação tornou-se exigível, sendo que este prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (iii) decretação do vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras: (a) da Emissora cujo valor unitário ou agregado supere R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) ou do índice que vier a substituí-lo; e/ou (b) qualquer sociedade da qual a Emissora detenha, direta ou indiretamente, o controle (“Controladas”) e/ou do Fiador cujo valor unitário ou agregado supere R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo. Não se inclui nesta Hipótese de Vencimento Antecipado a decretação do vencimento antecipado das obrigações financeiras contraídas junto a qualquer dos Debenturistas ou decorrentes de qualquer operação no mercado de capitais, nos termos do item (iv) abaixo desta Cláusula 5.4.1.1;
- (iv) respeitados os prazos de cura estabelecidos em cada instrumento, inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, de qualquer uma das Controladas e/ou do Fiador, junto a qualquer dos Debenturistas ou decorrentes de qualquer operação no mercado de capitais, independentemente do valor, ressalvados os casos em que o inadimplemento seja sanado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) convocada, nos termos da Cláusula 5.4.3 abaixo, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures;



(v) não pagamento em até 1 (um) Dia Útil contado da data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras, no mercado local, (a) da Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo; e/ou (b) de qualquer Controlada, em valor individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo. Não se inclui nesta Hipótese de Vencimento Antecipado (a) o não pagamento das obrigações financeiras, no mercado local, previstas nesta Escritura, nos termos do item (i) desta Cláusula 5.4.1.1; e (b) o não pagamento das obrigações financeiras, no mercado local, junto a qualquer dos Debenturistas ou decorrentes de qualquer operação no mercado de capitais, nos termos do item (iv) desta Cláusula 5.4.1.1;

(vi) não pagamento em até 1 (um) Dia Útil contado da data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras, no mercado internacional, (a) da Emissora, em valor individual, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas; e/ou (b) de qualquer Controlada, em valor individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas. Não se inclui nesta Hipótese de Vencimento Antecipado, o não pagamento das obrigações financeiras, no mercado internacional, junto a qualquer dos Debenturistas ou decorrentes de qualquer operação no mercado de capitais, nos termos do item (iv) desta Cláusula 5.4.1.1;

(vii) caso esta Escritura venha a se tornar inválida, nula ou inexecutável em decorrência de lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, bem como em decorrência de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral em que se discuta os termos da presente Escritura,

(viii) questionamento judicial, pela Emissora, pelas Controladas ou pelo Fiador, quanto à validade, eficácia, exequibilidade e/ou vigência da Escritura e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia;

(ix) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelo Fiador, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);

(x) atuação da Emissora, de qualquer uma das Controladas ou do Fiador, em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei 12.846");

(xi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, por meio ou não de acordo de acionistas, sem a prévia aprovação dos



Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);

(xii) cisão, incorporação, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora, salvo (a) se aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); e/ou (b) se envolverem exclusivamente a Emissora e suas Controladas, diretas ou indiretas, e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação entenderem, a seu exclusivo critério, que tais operações não afetam a capacidade de pagamento da Emissora ("Reorganizações Internas"). Fica, todavia, desde já aprovada a incorporação pela Emissora da BTHEK Biotecnologia Ltda. ("BTHEK");

(xiii) protestos legítimos de título(s), exceto aqueles que forem cancelados ou suspensos judicialmente, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal, contra (a) a Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo; ou (b) as Controladas, cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo;

(xiv) (a) decretação de falência da Emissora e/ou de suas Controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou suas Controladas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de suas Controladas, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;

(xv) não cumprimento, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da data estipulada para o pagamento, de qualquer decisão, sentença judicial ou decisão arbitral (a) transitada em julgado, contra a Emissora e/ou suas Controladas, independentemente do valor; ou (b) não definitiva: (1) contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo; e/ou (2) contra as Controladas, em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou do índice que vier a substituí-lo;

(xvi) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das ações do capital social da Emissora ou do Fiador;



(xvii) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(xviii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, exceto nas hipóteses em que a redução de capital e/ou alteração do estatuto social ocorram no âmbito da incorporação pela Emissora da BTHEK;

(xix) revelarem-se falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, revelarem-se incorretas, inconsistentes ou incompletas, as declarações feitas pela Emissora e pelo Fiador nesta Escritura;

(xx) destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão de forma diversa da prevista na Cláusula 3.7.1 desta Escritura;

(xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para a Aquisição ou essenciais para o regular exercício das atividades da Emissora e/ou de suas Controladas;

(xxii) não constituição plena das Garantias ou não cumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Garantia ou nesta Escritura nos prazos neles previstos;

(xxiii) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, e/ou transferência de recursos aos acionistas sob qualquer outra forma, cujo valor agregado corresponda a 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do Lucro Líquido da Emissora auferido durante cada exercício social; e

(xxiv) descumprimento dos seguintes índices financeiros (em conjunto, "Índices Financeiros"), auferidos semestralmente, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, e acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas mais recentes da Emissora, sendo que a primeira verificação deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015:

(a) Ativo Circulante/Passivo Circulante: igual ou maior a 1,20 para todos os períodos;

(b) Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,6, em 2015, a 2,4, em 2016, e a 2,2, a partir de 2017.

5.4.1.2 Para fins da presente Escritura:

"Ativo Circulante", "Lucro Líquido" e "Passivo Circulante" significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas



no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Emissora;

“Dívida Financeira Líquida” significa, com base nos demonstrativos financeiros auditados da Emissora, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Emissora, incluindo dívidas da Emissora perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, avais e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; e

“EBITDA” significa o somatório: (a) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) das despesas de depreciação e amortização, (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (d) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no período de 12 (doze) meses encerrado na respectiva data de apuração.

5.4.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens (i), (iii), (iv), (vii), (viii), (xiv), (xv) e (xvii) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido, nos termos da Cláusula 5.4.5 abaixo.

5.4.3 Na ocorrência de quaisquer outros eventos não mencionados na Cláusula 5.4.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis de sua ciência, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura. Na referida Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

5.4.4 Caso, em primeira ou segunda convocação, não seja instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, em razão de não haver o *quorum* mínimo mencionado na presente Cláusula, ou caso instalada, os Debenturistas decidam pelo vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, comunicando tal fato à Emissora, nos termos da Cláusula 5.4.5 abaixo.

5.4.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou carta com aviso de recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos à Emissora e ao Fiador, com cópia para a CETIP, para o Escriturador e para o Banco Liquidante, informando tal evento, para que a Emissora e/ou o

Fiador efetuem o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, acrescido dos Encargos Moratórios, se for o caso, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

6 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, a Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura que lhe tenham sido razoavelmente solicitadas, por escrito, de forma correta e completa, sendo a Emissora responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas por ela, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (ii) efetuar o recolhimento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (iii) prestar informações, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva citação e/ou intimação, sobre quaisquer autuações relacionadas à Emissora, emitidas por órgãos governamentais, cujo caráter seja fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, e cujo valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo;
- (iv) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;



(v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(vi) semestralmente, submeter ao Agente Fiduciário as informações financeiras não auditadas para verificação dos Índices Financeiros, para que sejam revisados semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nos balanços consolidados dos últimos 6 (seis) meses contados da data-base da apuração dos Índices Financeiros em questão. Esses Índices Financeiros deverão ser disponibilizados em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da divulgação dos Balanços Consolidados, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(vii) no encerramento de cada exercício social, enviar ao Agente Fiduciário os atos societários, os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, bem como o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, bem como prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 12, inciso XVII da Instrução CVM 28, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do prazo para divulgação das suas demonstrações financeiras consolidadas;

(viii) quando aplicáveis, cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(ix) no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para os Debenturistas que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

(x) no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento pela Emissora e/ou pelo Fiador, encaminhar, ao Agente Fiduciário informações sobre a ocorrência de qualquer evento considerado como Hipótese de Vencimento Antecipado;

(xi) encaminhar, ao Agente Fiduciário, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento;

(xii) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 3.7 acima, devendo a Emissora apresentar ao Agente



Fiduciário, na data em que os recursos forem transferidos para a sua destinação, declaração assinada pelos representantes legais da Emissora e documentos comprobatórios da utilização dos recursos, nos termos da Cláusula 3.7 acima;

(xiii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);

(xiv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

(xv) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) vias originais desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos e Cartórios de Registro de Imóveis, nos termos das Cláusulas 2.1.2 a 2.1.4;

(b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias contados do término de cada exercício social, declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (3) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social; e (4) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados.

7 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Nomeação

7.1.1 A Emissora constitui e nomeia a PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas atualmente em vigor, bem como da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Declarações

7.2.1 O Agente Fiduciário declara:



(i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 23, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(iv) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições, e não ter qualquer ligação com a Emissora e/ou com o Fiador que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado, descritas na Cláusula 5.4 desta Escritura;

(ix) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(x) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; bem como que tal verificação ocorreu por meio de informações e documentos fornecidos pela Emissora;

(xi) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e

(xii) que, na data de celebração desta Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade de seu Grupo



Econômico em que atue ou tenha atuado como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

7.2.2 A Emissora e o Fiador, por sua vez, declaram não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Substituição

7.3.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM.

7.3.2 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3.1 acima, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação.

7.3.3 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.4 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

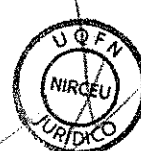
7.3.5 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.6 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.7 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.8 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição devendo permanecer

CM



no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.9 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Deveres

7.4.1 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens objeto das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(ix) examinar proposta de substituição dos bens objeto das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância;



(x) intimar a Emissora e o Fiador a reforçarem a Alienação Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e/ou do Fiador e, também, da localidade onde se situe o Imóvel Alienado Fiduciariamente;

(xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8 desta Escritura respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 12, inciso XVII da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, especialmente os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate das Debêntures, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

Escritura;

(h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta

Fiduciário;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedades controladas, controladoras e sob controle comum da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea k, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima a disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

(a) na sede da Emissora;

(b) no seu escritório;

(c) na CVM;

(d) na CETIP; e

(e) na sede do Coordenador Líder (conforme definido no Contrato de Colocação).

(xvii) publicar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;

(xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(xix) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente de forma parcial, se for o caso;

(xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente aquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;



(xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados de sua ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xxii) disponibilizar, diariamente, o cálculo do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, efetuado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site "http://www.fiduciario.com.br"; e

(xxiii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

7.5 Atribuições Específicas

7.5.1 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e Encargos Moratórios devidos, se for o caso, nas condições especificadas;

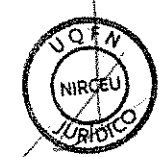
(ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, se for o caso;

(iii) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

(iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora, se for o caso, salvo deliberação em contrário.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5.1 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), e Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) o eximirem de tal responsabilidade, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em



Circulação (conforme definido abaixo) quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5.1 (v) acima.

7.5.3 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da Oferta.

7.5.4 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

7.5.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se apenas a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.6 Remuneração do Agente Fiduciário

7.6.1 A título de honorários pelos serviços prestados serão devidas, pela Emissora, parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais) cada para prestação dos serviços de Agente Fiduciário, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura e, as demais, nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.6.2 Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em Assembleias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos

contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas"

7.6.3 As parcelas citadas nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.4 As parcelas citadas nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

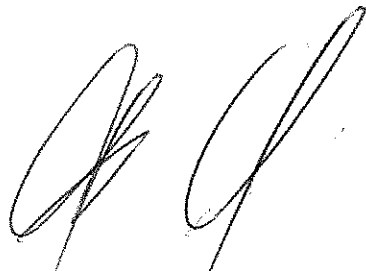
7.6.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7 Despesas

7.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, incluindo-se também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, desde que, sempre que possível, sejam previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

7.7.2 O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, em até 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, que tenham sido incorridas pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem



também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula 7.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (iv) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;
- (v) locomoções entre estados da federação, alimentação, transporte e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (vi) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que a assembleia geral pode ser instalada:

- (i) caso o assunto a ser deliberado seja comum a todas as séries ("Assembleia Geral de Debenturistas"); ou
- (ii) caso o assunto a ser deliberado seja específico para apenas os Debenturistas da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série") ou apenas para os Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série"), hipótese em que a assembleia geral será realizada em separado, computando-se separadamente os respectivos



quoruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de tratarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme aplicável.

8.2 Para os fins desta Escritura, o assunto a ser deliberado será considerado específico para determinada série sempre que se referir à alterações: (i) dos Juros Remuneratórios aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura relativos à respectiva série; e/ou (ii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

8.3 Os procedimentos previstos nesta Cláusula 8 serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries, bem como às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e às Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, e os quoruns nesta Cláusula previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total das Debêntures de todas as séries ou o total das Debêntures de cada uma das séries, conforme o caso.

8.4. Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas

8.4.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); ou (iv) pela CVM.

8.4.2 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.8 acima com a antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e 8 (oito) dias, em segunda convocação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.4.3 A publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais referida na Cláusula 8.4.2 acima estará dispensada na hipótese de comparecimento de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

8.5. Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas

8.5.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.5.2 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral dos Debenturistas.



8.5.3 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.5.4 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.6 *Quoruns de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas*

8.6.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.6.2 As deliberações serão tomadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), exceto quando previsto de outra forma nesta Escritura.

8.6.3 As seguintes deliberações, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo): (i) alteração da Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou da Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, previstas nas Cláusulas 4.1.3.1 e 4.1.3.2, respectivamente; (ii) alteração dos Juros Remuneratórios ou do cronograma para pagamento dos Juros Remuneratórios, previstos na Cláusula 4.4, exceto nas hipóteses previstas na Cláusula 4.4.3.6, em que as deliberações serão tomadas de acordo aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada exclusivamente para esse fim; (iii) alteração das datas e percentuais de amortização, previstos na Cláusula 4.6; (iv) alteração das Hipóteses de Vencimento Antecipado, previstas na Cláusula 5.4; (v) alteração das obrigações adicionais da Emissora previstas na Cláusula 6; (vi) alteração das obrigações do Agente Fiduciário previstas na Cláusula 7.4; (vii) alteração dos quoruns previstos nesta Cláusula 8; e (viii) alteração nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula 8.

8.6.4 Para efeito da constituição de *quorum* de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, serão consideradas como “Debêntures em Circulação” aquelas Debêntures emitidas, subscritas e integralizadas, pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes aos seus acionistas controladores ou a qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como de titularidade dos respectivos diretores ou conselheiros e dos respectivos parentes até segundo grau e dos respectivos cônjuges destes últimos.

8.6.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, vinculando a mesma, e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de

M



terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9 DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

9.1. A Emissora declara e garante, nesta data, aos Debenturistas, que:

(i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

(ii) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta e o cumprimento das obrigações previstas nestes documentos não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida pela Emissora, não resultando em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

(iii) esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Colocação e os demais documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(iv) cumpre, em todos os seus aspectos, com a Lei 12.846, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010* ("Leis Anticorrupção"), conforme aplicável, bem como não consta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

(v) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta, bem como a colocação das Debêntures, não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (a) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (c) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, com exceção do ônus criado sobre Imóveis Hipotecados, os Imóveis Alienados Fiduciariamente e os Créditos Cedidos Fiduciariamente;

(vi) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta, bem como a cumprir com suas respectivas obrigações, tendo obtido todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, necessárias à emissão das Debêntures e à concessão das Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vii) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;

(viii) no seu conhecimento, não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental;

(ix) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto os tributos e contribuições previdenciárias que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(x) cumpre, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;

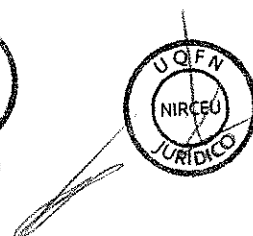
(xi) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;

(xii) nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades;

(xiii) nesta data, está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social e todas obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;

(xiv) nesta data, está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; e

(xv) não há ações judiciais ou arbitrais, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, movidas contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e que foram informadas por escrito ao Agente Fiduciário. Entende-se como "Efeito Material Adverso", qualquer efeito ou mudança que possa razoavelmente, a critério dos Debenturistas, causar efeito ou modificar adversamente a condição econômico-financeira da Emissora e/ou a condição econômico-financeira do Fiador,



de modo a afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes da Aquisição, desta Escritura, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta, bem como da Emissão;

(xvi) mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas, não tendo a Emissora qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;

(xvii) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as suas operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; (b) as suas operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora; (c) o acesso aos ativos da Emissora seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (d) os ativos registrados na contabilidade da Emissora sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

(xviii) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-los a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa prejudicar, de qualquer forma, a Aquisição ou razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

(xix) não omitiu dos Debenturistas nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;

(xx) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora aos Debenturistas anteriormente, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, consistentes, verdadeiras e suficientes em todos os seus aspectos e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

(xxi) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os



aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram auditadas pela Ernst & Young;

(xxii) as demonstrações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;

(xxiii) a Emissora ou qualquer de seus bens não possui qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação àqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e

(xxiv) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos.

9.2. O Fiador declara e garante, nesta data, aos Debenturistas, que:

(i) é pessoa idônea e não possui quaisquer restrições sobre os seus bens que possam limitar ou obstar que os Debenturistas satisfaçam seus créditos, caso a Emissora se torne inadimplente;

(ii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta celebrados pelo Fiador, bem como o cumprimento das obrigações previstas nestes documentos não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente por ele assumida;

(iii) esta Escritura, o Contrato de Colocação e os demais documentos da Oferta celebrados pelo Fiador constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes de sua parte, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(iv) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta celebrados pelo Fiador, bem como a colocação das Debêntures, não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultará em (a) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (c) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Fiador;



(v) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e o Contrato de Colocação e a cumprir com suas respectivas obrigações;

(vi) cumpre, em todos os seus aspectos, com as Leis Anticorrupção, conforme aplicável;

(vii) as operações e propriedades do Fiador cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças em vigor;

(viii) no seu conhecimento, não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra o Fiador, nos termos de qualquer lei ambiental;

(ix) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;

(x) não há ações judiciais ou arbitrais, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias movidas contra o Fiador, que, de acordo com o melhor conhecimento do Fiador razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e que foram informadas, até a Data de Emissão, por escrito ao Agente Fiduciário;

(xi) não omitiu dos Debenturistas nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;

(xii) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pelo Fiador aos Debenturistas anteriormente, ou concomitantemente, a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

(xiii) o Fiador ou qualquer de seus bens não possui qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação àqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e



(xiv) todas as declarações e garantias relacionadas ao Fiador que constam da Escritura, do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta celebrados pelo Fiador, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos.

10 NOTIFICAÇÕES

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) *Para a Emissora:*

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.

Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Conjuntos 161 e 162

Edifício Continental Tower

CEP 05676-120, São Paulo/SP

At.: Diretoria Financeira – Sr. Sergio Duarte Pinheiro

Tel.: (11) 5586-2458

Fax: (11) 5586-2406

E-mail: spinho@uniaoquimica.com.br

(ii) *Para o Agente Fiduciário:*

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

CEP 04.538-132, São Paulo/SP

At.: Viviane Rodrigues e Tatiana Lima

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mails: vrodriques@planner.com.br

tlima@planner.com.br

fiduciario@planner.com.br

(iii) *Para o Fiador*

FERNANDO DE CASTRO MARQUES

Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Conjuntos 161 e 162

Edifício Continental Tower

CEP 05676-120, São Paulo/SP

At.: Diretoria Financeira – Sr. Sergio Duarte Pinheiro

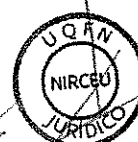
Tel.: (11) 5586-2458

Fax: (11) 5586-2406

E-mail: spinho@uniaoquimica.com.br

(iv) *Para o Banco Liquidante e Escriturador*

BANCO BRADESCO S.A.



Núcleo Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900, Osasco/SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3684-2852
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

- (v) *Para a CETIP:*
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Av. República do Chile, nº 230, 11º andar,
20031-170, Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308 // 2262-5481

Ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar,
01452-001, São Paulo/SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- (vi) *Para a CVM:*
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 33º andar
20050-901, Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 3554-8686

Ou

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º ao 4º andar
01333-010, São Paulo/SP
Tel.: (11) 2146-2000

10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.



10.4 A alteração de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado em até 2 (dois) dias úteis.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou dos Fiadores prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.2 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão válidas e eficazes todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, ou, quando aplicável, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, ou, quando aplicável, nos termos do artigo 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.7 Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio, incluindo aditamento a esta Escritura, assinado por todas as partes.

12 FORO



12.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

